



Cenário Revista Interdisciplinar em Turismo e Território, Universidade de Brasília, DF, Brasil

E-ISSN: 2318-8561

DOI: [10.26512/rev.cenario.v11i2.48831](https://doi.org/10.26512/rev.cenario.v11i2.48831)

Recebido em: 30/05/2023 Aprovado em: 13/10/2023

Sousa, D.

<https://orcid.org/0000-0001-9137-1533>

ID lattes: [7630044024776767](https://lattes.cnpq.br/7630044024776767)

Araujo Sobrinho, F. L.

<https://orcid.org/0000-0003-1815-8677>

ID lattes: [7810411653917702](https://lattes.cnpq.br/7810411653917702)

Território, território usado e o fenômeno do turismo: uma discussão teórico- analítica

Resumo. Como uma área de conhecimento transdisciplinar, o turismo compreende categorias e metodologias de outras ciências, dentre elas, a Geografia. Dentro da ciência geográfica, mais especificamente da Geografia crítica, cuja característica é a análise complexa das relações dialéticas entre sociedade, indivíduo e meio, estas se dão, necessariamente, em um território. Para a análise deste, e portanto, dos territórios do turismo, o artigo utiliza uma categoria que, ao longo de mais de trinta anos de pesquisas e obras, foi pensada e desenvolvida pelo geógrafo Milton Santos: território usado. Este artigo tem a premissa de fazer a interlocução entre o Turismo e a Geografia e, dentro dessa integração teórico-epistemológica, estabelecer, como parâmetro analítico, a categoria de território usado como base de entendimento do território no fenômeno do turismo.

Palavras-chave: território; turismo; território usado; Milton Santos.

Territory, used territory and tourism: a theoretical and analytical discussion

Abstract. As an interdisciplinary knowledge area, tourism comprises categories and methodologies from other sciences, among them Geography. Within geographic science, more specifically Critical Geography, whose characteristic is the complex analysis of the dialectical relationships between society, individual and environment, which necessarily take place in a territory. For the analysis of this, and therefore, of tourism territories, the paper will use a category that, over more than thirty years of research and works, was conceived and developed by the geographer Milton Santos: used territory. This paper has the premise of making the dialogue between tourism and geography and, within this theoretical-epistemological integration, establishing, as an analytical parameter, the category of territory used as a basis for understanding the territory in the tourism.

Keywords: territory; tourism; used territory; Milton Santos.

Territorio, territorio usado e turismo: una discusión teórica y analítica

Resumen. Como área interdisciplinaria del conocimiento, el turismo comprende categorías y metodologías de otras ciencias, entre ellas la Geografía. Dentro de las ciencias geográficas, más específicamente la Geografía Crítica, cuya característica es el análisis complejo de las

relaciones dialécticas entre sociedad, individuo y el ambiente, que necesariamente se dan en un territorio. Para el análisis de este, y por ende, de los territorios turísticos, el artículo utilizará una categoría que, a lo largo de más de treinta años de investigaciones y trabajos, fue concebida y desarrollada por el geógrafo Milton Santos: territorio usado. Este artículo tiene como premisa hacer el diálogo entre turismo y geografía y, dentro de esta integración teórico-epistemológica, establecer, como parámetro de análisis, la categoría de territorio que sirve de base para comprender el territorio en el turismo.

Palabras clave: territorio; turismo; territorio usado; Milton Santos.

Como citar: Sousa, D. D.; Araújo Sobrinho, F. L. (2023). Território, território usado e turismo: uma discussão teórico-analítica. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, Brasília, Cenário:12(1). Fevereiro de 2024.

Introdução

O turismo, como campo do conhecimento, tem na gênese de sua epistemologia a capacidade de agregar métodos e metodologias de outras ciências (Moesch, 2002). Os primeiros a pensarem assim foram Jafari e Ritchie (1981), que esquematizaram, sob o escopo da sistematização, um modelo interdisciplinar do turismo, o qual a sua compreensão se dá pela interdisciplinaridade, cuja interpretação, desde um problema ou algum objeto até uma análise complexa, se dá em relação de complementaridade e embricamento entre outras áreas do conhecimento científico, conforme concluem Palhares e Panosso Neto (2011). Esse pensamento foi amadurecido ao longo dos últimos quarenta anos, cuja epistemologia consolidou-se ao pensar o turismo com o mutualismo de outras ciências, bem como a concepção teórica dada por outros métodos de análise. A Geografia, como ciência, cuja instância de análise é o espaço geográfico, contribui significativamente para a solidificação do turismo enquanto produtor de teorias, que na prática, vai desde o planejamento territorial, local, urbano e regional até o seu entendimento em escala global.

Dentro da Geografia, como ciência estabelecida, encontram-se várias discussões, que vão desde uma concepção determinista-possibilista, tão comum à dita Geografia Tradicional, quanto à percepção fenomenológica tão imprescindível à Geografia Humanista. Mas, para este trabalho, destaca-se a percepção a partir da Geografia Crítica. Pensada a partir dos anos 1960, teve nos anos 1970 a maior produção, se sobrepondo, inclusive, às outras escolas geográficas de pensamento, e se mantém, até hoje, como uma das protagonistas. A Geografia Crítica tem, em seu âmago, a coesão e a leitura da complexidade da relação entre o ser humano - e suas individualidades -, a sociedade - e suas coletividades -, e o meio - ou seja, onde essas relações efetivamente se dão, ou seja, no espaço geográfico. Para ilustrar metodologicamente essa relação, contextualizada como um processo, a Geografia Crítica recorre ao materialismo histórico-dialético para a compreensão das situações-problemas, bem como do apontamento de hipóteses e até de soluções da realidade da vida.

Assim, categorias, a partir das leituras e das teorias produzidas por essa periodização dada a partir das escolas geográficas, também foram pensadas, repensadas e desusadas, como a categoria de território. O território, na Geografia Crítica, é a base, no espaço geográfico, de todas as relações de poder entre o ser humano e o meio, e as consequências de como isso impacta tanto nele próprio, quanto na sociedade que o produz.

Como categoria analítica do território, foi cunhado, pelo geógrafo Milton Santos, o conceito de território usado. Este artigo tem como objetivo principal explicar a relação entre território, território usado e o fenômeno do turismo, compreender as suas relações e como, na teoria, elas podem ser pensadas e usadas. Como consequência, espera-se estabelecer um entendimento que reforce a importância da Geografia, como área de conhecimento, no turismo e como esse se desenvolve no espaço geográfico, porém, justapondo-os e não

sobrepondo-os, além de auxiliar a compreensão das categorias geográficas aos pesquisadores e estudantes de turismo, bem como à própria teoria do turismo.

Território: o onde a sociedade e o ser humano se relacionam politicamente

O território é um conceito encontrado e discutido em várias ciências e áreas de conhecimento, como no Direito, nas Ciências Políticas e na Antropologia. Na Geografia, além de ser meramente um conceito, é considerado uma categoria-chave de análise das dinâmicas que o ser humano perpetua sobre o meio. Por isso, é necessário que se entenda o que ele é, pois as próprias ações derivadas da intervenção das relações sociais humanas no espaço geográfico se dão, necessariamente, no território.

Para entender a reflexão do território, deve-se entender que ele está diretamente relacionado com o poder e todas as consequências diretas e indiretas que se dão a partir dessa instituição, não simplesmente a dotação de soberania ou autonomia política a uma circunscrição, como empunham as ciências jurídicas, mas sim a dominação de agentes-atores sobre outros, as contradições, as explorações, as desigualdades e as consequências das capilaridades dele no meio. Portanto, a análise do território é ver, antes de tudo, a sua própria constituição, a sua dinâmica atual e as projeções dadas a partir dos usos e de prospecções que se dão no presente (Saquet, 2015). Por isso, cada território tem sua singularidade, pois os fenômenos produzidos sobre ele o transformam e o fazem ser singular, e eles são modulados e regulados também a partir do tempo histórico de sua produção, o que o faz ser moldado pelo espaço-tempo e, dialeticamente, também modula dos fenômenos.

Em decorrência desses fatos, o território é, assim, um produto social, que é transformado, usado e modificado, pelas relações sociais, econômicas, culturais, políticas e institucionais perpetradas pelos sujeitos sociais que o usam. A Geografia, como ciência analítica, passou a perceber e analisar essas relações a partir de um contexto materialista histórico-dialético, o que dotou o território, além de produto social, uma categoria de análise que suscita materialidade e totalidade (Quaini, 1979).

Metodologicamente, há uma diferenciação no tocante à epistemologia e à significação entre os conceitos de espaço e território na ciência geográfica, o que contrapõe o seu significado e o seu entendimento a partir das teorias raffestaneanas e a miltoniana. Milton Santos considera o espaço geográfico como instância, que contém e é contida por outras instâncias, como a econômica, a cultural e a social. O espaço é, acima de tudo, uma entidade cuja realidade se dá pela relação expressa entre ser humano, natureza e sociedade. Essa conexão se dá a partir de objetos, ou seja, elementos artificiais, isto é, criados pelo ser humano, que estão no meio, o que faz, por conseguinte, se constatar: o espaço é produzido a partir das relações do ser humano sobre o espaço geográfico, e suas consequentes consequências, que montam, desmontam, usam, destroem, constroem o próprio espaço geográfico (Santos, 2014a), o que torna o ser humano e suas ações, para com os objetos, protagonistas na produção do espaço geográfico (Santos, 1994).

Essas sobreposições, colocadas a partir dessa produção, bem como o tempo caracterizado para definir uma produção “antiga” e “nova”, determina a coesão espaço-tempo da teoria miltoniana (Sposito, 2004; Saquet, 2015). O território, assim, é composto por uma base elementar, onde ocorrem essas sobreposições, que por meio dos usos dos seres humanos, suscitam variáveis que caracterizam a atuação e o seu uso pelo ser humano, do/no espaço geográfico, ou seja, todos os elementos que, em conjunto, dão-se a configuração territorial de alguma área. Em outras palavras, há uma justaposição entre o uso do território e o espaço geográfico, cuja materialização se dá por uma articulação conjunta.

Já para Raffestin, o espaço é anterior ao território (Raffestin, 1993). O espaço, assim, aparece como algo primário, como um elemento residual para a criação do território, sobreposto a ele, o qual é um substrato primitivo do meio, cuja transformação do ser humano,

e das sociedades, historicamente, que, a partir de processos de relações políticas são exercidas sobre o espaço, resulta em práticas e em relações que essa, em conjunto, cria um território. Como é destacado pelo autor, o território são “relações marcadas pelo poder” (Raffestin, 1993: 144). Isso impõe, na visão raffestaneana, que ele é essencialmente feito a partir das conexões políticas, exercidas por indivíduos ou grupos, com interesses comuns (Sposito, 2004), que, a partir de concepções temporizadas e históricas, têm mutualidade com a instância econômica, política, cultural, social, institucional e ambiental. Essas ligações propiciam a coesão e a própria existência do território.

A partir desses dois autores, é possível sustentar que, apesar das divergências, o território, e, portanto, o seu uso, é fruto da construção dadas pelas intenções, intencionalidades e necessidades dos indivíduos e de grupos que representam a si mesmo ou outros grupos, notadamente econômicos ou corporativos, que moldam e produzem os territórios. A composição dos dois autores também é enfática ao dispor o território como a base da dimensão política para se constituir, organizar e produzir o espaço, que se dá, necessariamente, das práticas da sociedade e das relações desta para com o meio no qual ela vive, inclusive porque até a própria posição e intenção de poder entre esses diversos sujeitos e atores são coincidentes e antagônicas entre si, e essas posições, que tornar-se-ão ações, irão reverberar no meio, e disso, constituirá um território. Assim, o território não é só o meio, mas como o meio foi e é constantemente formado, planejado e pensado.

Essa relação entre espaço e território, diferentemente do pensamento raffestiano, pensa que não há uma lógica de ordenamento entre espaço e território, mas há um mutualismo epistemológico, que existem e coexistem de forma horizontal. Na última grande obra de Milton Santos, a qual foi elaborada conjuntamente com Silveira (2012), o autor aprofunda a questão método-categórica da dimensão territorial da análise geográfica. Apesar de, mesmo de forma incipiente, ter tratado sobre o tema no livro “Território: território e fragmentação”, mais precisamente no capítulo “O retorno do território”, foi naquela obra que ele cunhou a categoria de análise que hoje, após duas décadas de sua edição final, consagrou-se como um quase símbolo de sua teoria: a categoria de território usado. Pensado como a resultante dos usos feitos pelo ser humano e pela sociedade no território, como se estabelecem e são estabelecidas pelas intervenções e relações que se dão no território, e geram e são, de certa forma, a própria produção do espaço geográfico e, conseqüentemente, o próprio território (Santos & Silveira, 2012).

Essa relação epistemológica coincide não mais como uma diferenciação teórico-metodológica do que seja a diferença entre território e espaço, pois o uso do território, é manifestada aí: nas relações, nas totalidades e nas materialidades que são concretizadas no espaço-tempo. Portanto, o território usado, dado pelo uso do território, é capaz de perceber “as relações de poder, as redes e as identidades; processos espaço-temporais que marcam determinadas parcelas do espaço” (Saquet, 2015: 77). Portanto, essa relação entre espaço e território, e mais precisamente, do uso do território, é capaz de revelar as relações de poder e, bem como, a produção material do próprio espaço geográfico, no que tange à sua periodização, bem como as instâncias econômicas, sociais, ambientais e culturais. Por esse motivo, acredita-se que o território, por meio da categoria de território usado, é essencial para desvelar as indagações dadas pelas situações-problemas deste artigo.

Território usado: uma proposta de análise pela materialidade do território

Em decorrência da complexidade de sua compreensão e, muitas vezes, da confusão teórica em torno das categorias da Geografia, deve-se entender o que é o território usado. O ponto de partida é conceber que, como ele é materializado no espaço geográfico, é, antes de tudo, social. A sua realidade se dá, portanto, a partir das relações sociais, o que culmina dele, assim, ser e gerar uma produção social. Essas relações sociais se dão, sobretudo por uma materialidade construída, através de objetos no território. A relação e a utilização da sociedade desses/nesses objetos materializam o uso social do espaço

geográfico, porém ainda não o solidificam. Para Milton Santos, o território usado, em sua concepção, é constituído a partir da simbiose entre esses objetos mais as ações dos sujeitos sociais que animam esses mesmos objetos, que carregam em si intencionalidades distintas e características entre si. Além disso, “seria o conjunto indissociável de sistema de objetos naturais ou fabricados e sistema de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal, quanto substancialmente” (Santos, 1994: 49). Assim, ele:

Não é uma coisa e nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da Geografia, o resultado de uma interação entre o ser humano e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente. O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. Ele, portanto, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social. (Santos, 2014b: 30-31)

Essas formas ou objetos são diferenciados das “coisas”, sendo estas elucidadas como eram no princípio, ainda no meio natural ou na primeira natureza. Quando o ser humano passa a utilizá-las, compõem-se em disposições lógicas, ordenadas conforme essa interação entre o meio e a sociedade. Desta forma, os objetos em conjunto configuram-se como sistema, formando, enfim, um sistema de objetos (Santos, 2012). Toda a criação de um objeto, e necessariamente de um sistema de objetos, é dada por um processo e deve-se levar em conta a estrutura. A estrutura, no caso, a capitalista, ou seja, o modo de produção que se dá por base do valor de troca capitalista, dinamizou-se e tornou-se complexo, sobretudo após a Revolução Industrial. Assim, cada sistema de objeto disposto na realidade da vida também arranhou-se de forma complexa, em decorrência dessa mesma estrutura. Compreende-se também, reafirmando a materialidade, que os objetos dispostos hoje são derivados de relações sociais e históricas, portanto, de um processo.

Já as ações são fluxos, são os movimentos, a atuação, em suma, a execução do fazer. Elas, compreendidas em uma ordem, uma racionalidade, um propósito, uma logicidade, dá-se um sistema de ações. Graças a ele, os objetos técnicos, os fixos que estão no espaço geográfico, são animados, a partir da estrutura e do processo, tornando-o, por fim, um objeto social. Assim, o sistema de ações e sistema de objetos atuam mutuamente e indissociavelmente (Santos, 2014b).

O movimento dessa indissociabilidade, entre ações e objetos, é dialético em si, faz com que as ações, e os sujeitos que afetam as formas, alteram os objetos que estão no meio. Esses objetos são modificados, assim, e alteram o próprio meio e as ações, moldando e reformulando a estrutura, o modo de produção, reproduzindo a acumulação capitalista. Essa dinâmica é para Milton Santos, a própria manifestação do uso do território. Por isso, o território usado é a materialização do território e dos usos que fazem nele. Entre essas proposições que fazem os sujeitos sociais a executarem ações, por meio de normas - leis, decretos e documentos normativos - por meio de construções e investimento de infraestruturas - rodovias, hospitais, casas e prédios - bem como a construção de um bairro, de uma cidade, a ocupação ou desagregação de uma função ou de formas de um fragmento do território - são empenhadas e coordenadas. Assim, elas têm uma intenção própria de atuação para com essa mesma realidade social, carregada em si um contingente político, ideológico e social.

Assim, o que media o sistema de ações e um sistema de objetos são as intencionalidades. O território usado, no espaço-tempo permeado pelo meio técnico-científico-informacional – período cuja produção capitalista intervém no território, ou seja, as suas técnicas, dão-se a partir da ciência e do componente informacional, seja por meio da informática, da programação virtual e, sobretudo, da internet – , o território, e as intencionalidades, as ações e as maneiras as quais os objetos são modificados, são interagidos pelos componentes científicos, técnicos e informacionais. O que sacramenta-os é a bênção do mercado, portanto, a própria acumulação capitalista e sua perpetuação. Assim, o sistema de ações e o de objetos têm em si um incremento técnico e de ciência para embasados a partir dessas ações que também são fundamentadas por eles, e isso estende-se até à própria produção do espaço (Santos, 2014b). Afirma-se que:

Podemos então falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação. (Santos, 2012:239).

As ações são dotadas assim por este recorte, incluído à lógica do meio técnico-científico-informacional, pois há uma apropriação do próprio espaço geográfico a ele. Assim, a produção do espaço assume o caráter homogêneo e com a realidade posta junto à globalização, e conforme mais técnicos e inseridos a ela, mais global, mais homogeneidade eles representam e mais global e ligados aos atores homogêneos são. Entende-se que é possível capturar o porquê do uso da categoria do território usado a partir da instância do espaço geográfico, que incorpora a materialidade e a totalidade do espaço-tempo.

Uma discussão teórica entre Geografia e Turismo

Uma ciência fundamental que dá suporte à leitura do turismo e de sua realidade é a Geografia. O aporte teórico, cujo espaço geográfico é a sua principal instância de análise, compreende, por sua natureza constitutiva, a produção social e todos os seus fenômenos, entre eles, o turismo. Esta pesquisa parte do pressuposto epistemológico de que a Geografia e o Turismo são campos de conhecimento distintos, e que, apesar de imbricados, a leitura e o estudo dos dois não são conflitantes; ao contrário, são convergentes. O desenvolvimento e a observação desta análise serão feitos no sentido de entender o turismo, com os olhos solidários do saber geográfico.

Isso parte do princípio o qual a dimensão espacial não pode ser desprezada. Por um lado, a Geografia estuda a organização e o próprio processo de produção do espaço que se dá junto à vida e à sua reprodução social. Por outro, a interação entre a produção, a circulação, os sujeitos sociais, os aspectos geomorfológicos e humanos e a interação desse conjunto com o meio ambiente, o planeta terra. Essas relações são sociais e dotadas de arranjos políticos para a intervenção para com/no espaço geográfico. O turismo utiliza-se do espaço geográfico e, no período do meio técnico-científico-informacional, o espaço virtual para ser realizado.

A partir de um entendimento de rompimento com a lógica sistêmica e fenomenológica do turismo, a qual era vigente até a década de 1980, as quais reduziam-no, novas categorias são suscitadas para explicar, epistemologicamente, o turismo não simplesmente como atividade, mas como prática social inerente ao processo de consolidação do modo de produção capitalista. Essa concepção se dá por meio de uma concepção dialética, suscitada pelas conexões e pelas contradições do próprio fenômeno turístico. Segundo Moesch (2002), esses conceitos são: a economia, a tecnologia, a diversão e o espaço-tempo. Para isso, essa superação teórica deve requerer uma convicção de outras ciências, portanto,

uma denotação transdisciplinar do conhecimento do turismo, o que justifica-se, por essa lógica, a análise do turismo, a partir de uma percepção de conceitos utilizados pela Geografia, e que, em suma, faz com que a própria ciência geográfica seja partícipe da conceituação epistemológica do turismo. A análise e a compreensão devem ser entendidas, porque elas são derivadas, entre vários desdobramentos, pela incorporação do espaço geográfico ao fenômeno turístico.

A Geografia aparece, como expõe Teles (2009), não como categorizadora de seu entendimento epistemológico, mas como uma ciência que contribui, com os seus métodos, teorias e estudos, à leitura do turismo:

A leitura geográfica necessária ao profissional de turismo busca entender como se processam questões relacionadas a fatores de localização, clima, vegetação, morfologia, recursos hídricos, condições socioeconômicas, elementos da cultura, entre outros. As categorias geográficas possuem propriedades teóricas que contribuem para o campo do turismo ao promoverem a conexão necessária às questões relacionadas anteriormente. (Teles, 2009: 1).

Cruz (2003), cuja base geográfica é a teoria de Milton Santos, cunhou, com grifo nas aspas, o campo da "Geografia do Turismo". A Geografia, cujo espaço geográfico é a teoria de análise, é social e único, por isso a segmentação está entre aspas. No entanto, ela aparece para dotar ao campo do turismo uma especificidade, uma particularidade própria dele e às condições intrínsecas da Geografia, porque:

A 'geografia do turismo', entretanto, não se refere apenas à abordagem científica do fenômeno do turismo pela ciência geográfica. A 'geografia do turismo' é uma expressão que se refere à dimensão socioespacial da prática social do turismo, e isto sim pode interessar às mais diversas áreas do conhecimento. (Cruz, 2003: 5).

Essa dimensão espacial do turismo é manifestada, pois, de fato, o turismo utiliza o espaço geográfico para realizar-se, porém esse uso não é um fim em si mesmo, o que reverbera o caráter de complexidade do turismo. Por esse motivo, Rodrigues (2001), considera-o como fenômeno complexo e holístico, e a Geografia, bem como os geógrafos, devem aprofundar o entendimento nesse escopo: a Geografia como uma ciência que reflete e pensa o turismo, mas não o sobrepõe:

Tendo em vista incidências espaciais do turismo, o tratamento geográfico do fenômeno vem tornando-se cada vez mais destacado [...] Em face de sua complexidade, o turismo deve ser abordado em âmbito multidisciplinar, particularmente pelo conjunto das ciências sociais [...] Essas tendências científicas recentes que enfatizam o tratamento holístico dos fenômenos, procurando eliminar as fronteiras rígidas entre os ramos do conhecimento, tendo em vista a sistematização do conhecimento científico [...] O turismo, por isso, na sua enorme complexidade, reveste-se de tríplice aspecto com incidências territoriais específicas em cada um deles. Trata-se de fenômeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras). (Rodrigues, 2001: 40-41, 43).

Nesse escopo multidisciplinar e complexo, o turismo como fenômeno também é

perpetuado por outros geógrafos, como Coriolano (2006), onde ela faz um esforço teórico e de crítica para a mensuração do turismo. A autora é taxativa ao afirmar que o turismo é um fenômeno, a qual as técnicas embasam demasiadamente a própria silhueta do turismo, por meio das visões produzidas por várias outras áreas de estudo:

"Os conceitos utilizados no turismo foram produzidos nas várias ciências que estudam o fenômeno. Cada disciplina trabalha com abordagens diferenciadas, ou seja, cada uma com sua mediação teórica. Cada conceito explica um aspecto do fenômeno multifacetado, destacando abordagens subjetivas e às vezes direcionadas a interesses imediatos. A complexidade analisada nas diversas perspectivas das visões disciplinares, que contudo, interconectadas pode tornar a explicação do fenômeno mais lúcida" (Coriolano, 2006: 46).

A mesma autora desperta para o caráter de reprodução do turismo através de um processo do modo de produção capitalista, o qual acirrou-se durante este período de acumulação flexível, o que, em sua visão, simplifica e descaracteriza o entendimento do turismo, ao lançá-lo com uma proposição meramente mercadológica, sem a sua dimensão de complexidade e de fenômeno:

É difícil um conceito que capte completamente este fenômeno multifacetado. Isto se aplica também por ser o turismo uma atividade recente, de caráter multidisciplinar, por envolver uma grande variedade de setores econômicos cujo estudo requer uma diversidade de aproximações disciplinares. Muitos conceitos estão vinculados ao pensamento racionalista econômico, funcionalista, não dando conta da totalidade do fenômeno. Há uma infinidade de conceitos no turismo, atendendo à lógica do capital, considerada cientificamente como uma instabilidade e uma manipulação perigosa, pois negam o conhecimento científico produzido sobre o fenômeno. (Coriolano, 2006: 41).

E acrescenta ao despontar como a Geografia coopera com o entendimento do turismo, cunhando como lugar turístico aquele fragmento do território o qual o fenômeno se reproduz:

O turismo desempenha importante papel na dinamização territorial de muitos países, sobretudo nessa fase chamada por alguns de pós-fordista, quando os serviços passam a ter prioridade e quando o paradigma empresarial vem sendo modificado profundamente. Essa modificação em busca do diferencial abre espaço para o desenvolvimento regional/local, como aproveitamento de projetos turísticos atendendo diversos segmentos: o rural, o ecoturismo, o de natureza, em áreas indígenas, ou seja, um lugar turístico [...] O lugar visitado torna-se turístico pela demanda e pela oferta, [o que concebe] uma lógica de uso e de ocupação do espaço. (Coriolano, 2006: 45-47).

Assim, estabelece-se que a ciência geográfica efetivamente contribui para entender como se dá o fenômeno turístico e seus desdobramentos no espaço geográfico. A produção do espaço pelo fenômeno turístico observa o desenvolvimento local e regional, os impactos que ele leva ao espaço geográfico, sendo positivos ou negativos, a forma a qual a estrutura do modo de produção reverbera e se apropria do espaço geográfico, e como o turismo é afetado por isso, e a questão de circulação - classificação do fluxo e deslocamento -

e a sua produção social, materializado pelas internacionalizações que fazem, ao modo miltoniano, o próprio espaço geográfico manifestar-se, o qual será abordado na próxima seção.

Uma análise dos territórios do turismo a partir da categoria de território usado

Para estabelecer como o fenômeno turístico pode ser analisado por meio da categoria de território usado, estabelecem-se dois pontos. O primeiro ponto para entender essa mensuração do território do turismo por meio do método da Geografia e da ciência geográfica é estabelecer a sua vertente analítica. Partindo do pressuposto o qual o turismo é um fenômeno, mensurado através das estruturas e do processo de reprodução social, o que faz o turismo ser um produto social, para este artigo há a afirmação de que somente por meio de sua totalidade e da materialidade pode-se encontrar respostas e algum caminho metodológico. Entender essa lógica de construção e constituição do turismo no recorte da pesquisa incide em entendê-lo na sua realidade, os seus termos factuais e materiais, e em um escopo holístico. Por esses motivos, a contribuição por meio da geografia crítica com o turismo será o caminho de método deste artigo.

O segundo é especificar, dentro da Geografia, como os seus métodos, os seus estudos e a sua leitura do mundo auxiliam e contribuem para o entendimento do fenômeno turístico. Recorre-se à análise da produção do espaço por Milton Santos quando o autor diz que ele é a interação de sistemas de ações e objetos em determinado território. Quando admite-se que há uma produção do espaço, logo há a confissão que há usos nesse mesmo território. Logo, o território usado é uma categoria de análise. O fenômeno turístico, como exposto anteriormente faz uso de fragmentos do território, o que emerge a contribuição do olhar geográfico para entender a realidade em um determinado recorte do espaço geográfico, suas intencionalidades, sua concepção, sua construção, e até o seu declínio.

Para o fenômeno turístico, deve-se pensar onde há a mensuração e a manifestação das ações do turismo. Entende-se que elas são demandas, que por meio de intencionalidades, que alteram, constroem e usam, por meio da produção do espaço, quaisquer fragmentos dele. Se uma ação é deliberada, usada e alterada para o turismo, logo, essa produção faz com que esse recorte seja um espaço onde se convergem ações e objetos para o turismo, logo um “território do turismo” ou “território turístico”.

Considerando que os espaços são diferentemente valorizados pelas sociedades, em função das possibilidades técnicas que determinam sua utilização, de fatores políticos, econômicos e, também culturais, todo espaço do planeta pode ser considerado espaço do turismo. A intensificação do uso pelo turismo de dada porção do espaço geográfico leva à introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos, cuja função é dada pelo seu funcionamento. Neste processo de apropriação dos espaços pela prática social do turismo está a gênese dos territórios turísticos [...] As lógicas que movem a apropriação dos espaços [se dão] a partir de relações de um outro ator social, por naturezas muito diferentes e, por isso, muitas vezes conflitantes. (Cruz, 2003: 12; 14).

Já que as ações, e suas consequentes intencionalidades, são deliberadas e intencionais, deve-se perceber de como elas foram concebidas, utilizando-se para isso, uma essência morfossintática, um jogral prenominal: quem? pra quê? como? quando? por quê?. Entender essas questões passa necessariamente por entender quais as intencionalidades das ações e como elas, propriamente ditas, pois assim suscita-se o seu escopo de materialidade - alterou ou modificou uma realidade de algum fenômeno no espaço. Entende-se, desta forma, entender aqueles que precipitam as ações do turismo. O setor produtivo, ou a cadeia produtiva, faz parte dessas ações. Entender quais as movimentações, posições e atuações

podem resolver parte dessas ações.

As tomadas de decisão do Estado, por meio das normas e das políticas públicas de turismo, também podem ser mensuradas como ações, pois são estruturadas com intencionalidades, e alteram a realidade por meio da produção do espaço. Outras ações são as dos próprios turistas, moradores locais e coletivos que praticam turismo. As suas idiosincrasias e suas realidades, que são alteradas por uma interface econômica, cultural, educacional e social, moldam as decisões e como eles atuam na realidade do fenômeno turístico. Elas, quando arranjadas de formas organizadas, constituem um sistema, um sistema de ações do turismo.

Também deve-se ter em mente de que as intencionalidades são moldadas pela estrutura de valor do modo de produção, no caso da nossa realidade, a partir da estrutura do modo de reprodução capitalista, cujo objetivo precípua é a reprodução constante do capital. Portanto, todas as intencionalidades dos agentes-atores do turismo, que materializam-se em ações do turismo no território do turismo, têm essa finalidade, permeada pelo meio técnico-científico-informacional, ou seja, são dotados, intrinsecamente, pela concepção técnica, científica e informacional.

Já o sistema de objetos pode ser observado, primeiro: por formas que têm funções que historicamente foram constituídas para o fenômeno turístico e sua inserção à uma realidade de um espaço turístico. Afirma-se aqui, também, o componente de que as formas têm teores, matérias, são substancializadas por um processo, são formas-conteúdo. O segundo é em que ponto essas estruturas são modificadas a ponto de modificar toda a produção do espaço. Esse sistema de objetos está:

Relacionado à locomoção de pessoas, à sua hospedagem, às suas necessidades de alimentação, capaz de atender à demanda de ações que lhe é própria. O conjunto resultante da sobreposição desses sistemas de objetos e ações requeridos pelo uso turístico do espaço distingue o lugar turístico da atualidade dos "outros lugares". (Cruz, 2000: 8).

Também deve ser falado que algumas infraestruturas que estão no espaço geográfico podem ser apropriadas pelo turismo, como rede de hospitais, saneamento básico e serviço de limpeza urbana, que cristalizam o compartilhamento entre múltiplas funções, entre elas o turismo. Para efeito didático, este artigo dividirá, para esses efeitos, os objetos em duas classificações: a infraestrutura turística, cuja função protagonista é para o turismo, e a infraestrutura básica, cujas funções ao turismo são compartilhadas com as outras, sendo o fenômeno turístico coadjuvante no uso delas. É importante conceber que esses objetos do turismo estão ou pertencem a uma configuração espacial dada um processo, criado pelas intencionalidades dos agentes-atores, de se constituir o turismo no território.

Essa constituição parte da premissa dada pela estrutura capitalista, que assim como as intencionalidades, moldam também a forma de dispor os objetos e seus sistemas, seja em localidades mais valorizadas ou não, em cidades com o turismo já consolidado ou não, e dentro dessas cidades em áreas ou clusters cuja reprodução do capital já é nítida, sobretudo a partir das ações dos capitalistas incorporadores e fundiários.

Também, sobretudo no espaço urbano, os objetos do turismo podem estar em lugares de rugosidade, que, a partir do processo de inércia-dinâmica, tiveram suas funções alteradas e agregadas ao fenômeno turístico, passando assim a compor um território do turismo. Entender todo esse arranjo do sistema de objetos é importante pois compreendendo a realidade e a forma a qual ele está configurado pode responder como o turismo está se desenvolvendo: se é segregado ou não, se as políticas públicas fazem parte de tal realidade ou não, se o investimento foca um serviço ou mais e se somente uma localidade ou não.

As próprias resultantes - econômicas, sociais, culturais, espaciais, institucionais - do sistema de objeto e suas consequências, descritas brevemente no parágrafo anterior, suscitam demandas de respostas, como feedbacks ou retroalimentação das próprias

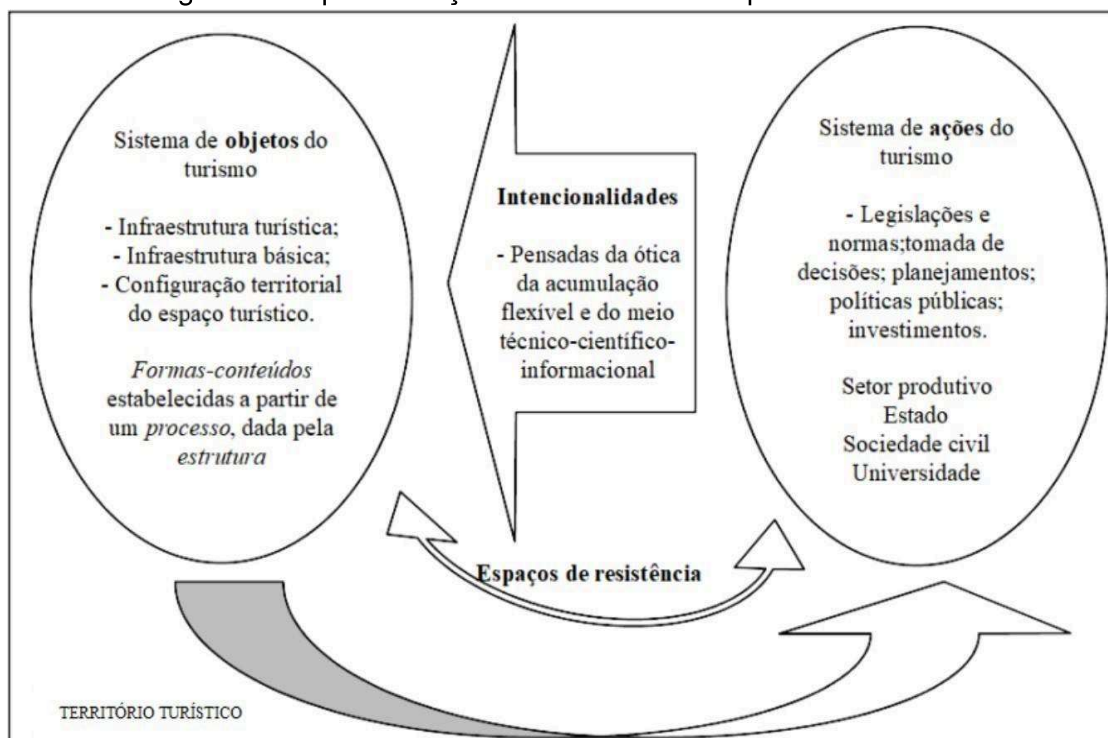
intencionalidades dos agentes-atores do turismo, e portanto do sistema de ações. Se houver algum erro, dano, resultado econômico insuficiente, decadência ou qualquer outra realidade, estas respaldar-se-ão outras intencionalidades, e criar a produção dinâmica do território do turismo.

Porém, dialeticamente, há de se pensar que as ações perpetradas pelos agentes-atores do turismo, dentro da lógica capitalista, são imbuídas de pretensão com vistas à reprodução do capital e a perpetuação desses sujeitos das relações políticas e de poder do turismo. Nessa contradição, surgem ações contra essas interposições, nomeadas de ações contra-hegemônicas ou ações de resistência. Elas se dão em espaços dissonantes àqueles empunhados pelas ações hegemônicas dadas a partir do contexto de acumulação flexível do modo de produção capitalista, empunhada geralmente pelos moradores locais.

Essas ações são materializadas como um contrapeso ao investimento desagregador dos locais turísticos pelo capital, que antevê e executa suas ações de forma verticalizada e em desarranjo às culturas locais, bem como ao meio ambiente, o que produz, de certa forma, uma segregação socioespacial provocada pelo turismo nos territórios turísticos. Elas são nítidas quando contrapõem uma política, um instrumento normativo ou regramento que rompe, integralmente ou parcialmente, as decisões dos agentes-atores que detêm a hegemonia política das ações do turismo.

Elas também são manifestadas por membros da sociedade civil organizada, a academia e coletivos cujo propósito seja o de desvelar um turismo não-apropriado pelo capital, bem como maximizar a publicização das desigualdades geradas, pelo fenômeno turístico, no território. Esses espaços de resistência têm suas intencionalidades (e por isso, produzem um território, porém, a partir de um contraponto de mesmas ações e objetos), porém, não são os mesmos daqueles hegemônicos. Para fins didáticos, abaixo está uma esquematização de como o território é usado, e portanto, cria-se um território usado pelo fenômeno turístico. Para fins de análise da produção do território, é importante analisar não somente cada um de seus componentes, mas ver a dinâmica em si entre todos esses conceitos, que estão interligados e explicam a realidade analisada a partir do território usado, tratando-o como algo não inerte, mas vívido.

Figura 1. Esquematização do território usado pelo fenômeno do turismo



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Considerações finais

É imprescindível o estabelecimento de uma coesão interdisciplinar para a formulação de teorias, bem como a leitura da realidade do fenômeno do turismo. Em decorrência dessa composição, cuja consequência é o mutualismo teórico entre várias áreas de conhecimento, a Geografia contribui de forma exequível para a compreensão dos territórios do turismo. Metodologicamente, este artigo fez uma discussão teórica, a partir da Geografia Crítica, da categoria de análise do território usado, ou seja, a partir do conceito de território, que, com essa leitura, pode ser materializado e disposto com fins a parâmetros analíticos, que, em suma, podem ser resumidos em um sistema de objetos, em um sistema de ações e nas intencionalidades que se dão na produção do território turístico, que tem suas singularidades e particularidades, o que faz com que esse modelo não seja estanque e estático, mas fluido, pois lê a realidade a cada qual onde se está e quais as deliberações do pesquisador ou acadêmico.

Essa proposta, discorrida neste trabalho, é uma proposição metodológica de aproximação da teoria de Milton Santos à literatura do turismo que, pela complexidade que se empreende, e por isso é tão simbólica na geografia internacional, tem muito a contribuir para entender a profundidade teórico-reflexiva do fenômeno turístico e de seus territórios e seus impactos, positivos e negativos, no desenvolvimento territorial.

Referências Bibliográficas

Araujo Sobrinho, F. L. (2008). Turismo e dinâmica territorial no eixo Brasília-Goiânia. Tese em Ciências Humanas (Universidade Federal de Uberlândia). Uberlândia.

Coriolano, L. N. M. (2006). O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza. São Paulo: Annablume. 238 p. ISBN 9788574195971

Cruz, R. C. A. (2000). Política de turismo e território. São Paulo: Contexto. 167 p. (Coleção turismo). ISBN 85-7244-138-7.

Cruz, R. C. A. (2003). Introdução à geografia do turismo. 2. ed. São Paulo: Roca. vii, 125 p. ISBN 8572414533

Jafari, Jafar; Ritchie, J. R. Brent. (1981). Toward a Framework For Tourism Education: Problems and Prospects. *Annals of Tourism Research*. VIII(1):13–34.

Moesch, M. M. (2002). A produção do saber turístico. 2. ed. São Paulo: Contexto.

Palhares, Guilherme Lohmann; Panosso Netto, Alexandre. (2011). Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph. 486 p. (Série turismo). ISBN 9788576570554

Quaini, M. (1979). Marxismo e geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Raffestin, C. (1993). Por uma geografia do poder. São Paulo, SP: Ática. 269p.

Rodrigues, A. B. (2001). Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3. ed. São Paulo, SP: Hucitec. 158 p. (Geografia, teoria e realidade; 36). ISBN 85-271-0395-8

Santos, M. (1994). Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico

informacional. São Paulo, SP: Hucitec. 190 p

Santos, M. (2012) A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo, SP: EdUSP. 384 p. (Coleção Milton Santos; 1). ISBN 9788531407130

Santos, M. (2014a). Espaço e método. 5ª.ed., 2ª reimp. São Paulo: Edusp. 120p. ISBN 9788531410857

Santos, M.. (2014b). Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: EdUSP.. 136 p. (Coleção Milton Santos; 10). ISBN 9788531410444.

Santos, M.; Silveira, M. L. (2012). O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI. 16ª edição. Rio de Janeiro: Record.

Saquet, M. A. (2015). Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). Territórios e territorialidades: teorias , processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência. 363 p. ISBN 9788569437048.

Sposito, E. S. (2004). Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A.D.; SPOSITO, E.S.; SAQUET, M. A. (Coord.). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. 3. ed. Francisco Beltrão/PR: Unioeste. 173 p. ISBN 858944109

Teles, R. (2009). Fundamentos geográficos do turismo. Rio de Janeiro: Elsevier. xii, 163 p. ISBN 9788535232509